

## Economia Digital: estamos prontos para essa transformação?

Ricardo Bueno (\*)

*Acredita-se que, até o ano de 2022, mais de 60% de toda riqueza produzida no mundo estará digitalizada*

Chamada Economia Digital está tomando forma e mudando as noções convencionais sobre como as empresas são estruturadas, como interagem e como os consumidores obtêm serviços, informações e bens. Explicando em poucas palavras, o termo Economia Digital engloba todas as transações realizadas em infraestruturas digitais ou usando tecnologias digitais.

É a atividade econômica resultante de trilhões de conexões diárias entre pessoas, empresas, dispositivos, dados e processos. Sua espinha dorsal é a hiperconectividade. Mas será que estamos prontos para essa transformação? Quais são os nossos desafios ao falarmos de Economia Digital?

Considerando que cerca de 50% da população mundial ainda não participa da transformação digital, pois nem mesmo acesso à internet possui, pode-se observar que há grandes desafios a serem ultrapassados quando se fala em desenvolver a Economia Digital. Questões de privacidade e regulamentação ainda estão em fase embrionária e a quarta revolução industrial, caracterizada por uma gama de novas tecnologias que estão fundindo os planos físico, digital e biológico, mal começou.

Se partirmos, por exemplo, para uma abordagem ambiental sobre o tema, não podemos deixar de destacar o aumento exponencial no consumo de energia provocado pela digitalização da economia. Estima-se que a mineração de Bitcoins sozinha, apenas uma das várias implementações da tecnologia de Blockchain, seja responsável pelo consumo de 0,3% de toda eletricidade

produzida no mundo. E isto é só “a ponta do iceberg”.

Não bastasse o fato de que a energia consumida pela infraestrutura que suporta a Economia Digital já representar um gasto energético equivalente ao quarto maior país do mundo, a tendência de crescimento não parece arrefecer. Desta forma, em uma sociedade pautada por preocupações com mudanças climáticas, o aumento da eficiência, a inovação e uso de fontes de energia renováveis são itens cada vez mais presentes nessa discussão.

Portanto, a Economia Digital - com seu crescimento exponencial na criação, armazenamento e manipulação de dados em conjunto com infraestruturas computacionais em hiperescala - exige que a comunidade empresarial revise conceitos. Se as corporações querem sobreviver na nova economia, devem compreender que aqueles métodos que funcionaram por décadas precisam ser revistos, muitas vezes simplesmente descartados.

A forma como lidamos com o volume monumental de dados gerados nos últimos anos é apenas um exemplo de como ainda estamos engatinhando nas estratégias em como lidar com os desafios advindos de uma Economia Digital. Mesmo com todo o avanço tecnológico, não somos capazes nem mesmo de garantir a fidelidade e a qualidade dos dados gerados, quanto mais extrair todo seu real valor.

É papel dos diversos setores de Tecnologia da Informação apoiar ao mercado não só criando soluções inovadoras, mas também garantido sua execução e manutenção. Estamos, novamente, colocando à prova a engenhosidade humana e é certo que ela superará nossas próprias expectativas.

(\*) - É COO da Dedalus.

# Câmara rejeitou o afastamento do deputado Wilson Santiago

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou o afastamento do deputado Wilson Santiago (PTB-PB) determinado pelo ministro do STF Celso de Mello

Assim, o parlamentar pode voltar a exercer seu mandato, pois perde validade a medida cautelar do Supremo que o afastou em dezembro do ano passado. Foram 233 votos a favor do parecer do relator, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que foi contrário ao afastamento. Outros 170 deputados votaram por manter o afastamento de Wilson Santiago.

Para manter a decisão do ministro do STF, seriam necessários 257 votos a favor do afastamento (contra o parecer do relator). Em seu voto, Ramos destacou que foi julgado apenas o afastamento de Santiago e, em razão dos fatos apurados e da denúncia oferecida pelo Ministério Público, recomendou a abertura de processo contra Santiago no Conselho de Ética da Câmara.

O deputado Wilson Santiago é um dos investigados da operação Pés de Barro, da Polícia Federal, sobre superfaturamento em obras da adutora Capivara, no interior da Paraíba,



Plenário seguiu parecer do relator e rejeitou afastamento determinado por ministro do STF.

que envolveriam crimes de peculato, lavagem de dinheiro, fraude licitatória e formação de organização criminosa. Segundo a PF, as obras foram contratadas por R\$ 24,8 milhões e teria havido distribuição de propinas no valor de R\$ 1,2 milhão. Na mesma operação, foi preso o prefeito de Uiraúna (PB), João Bosco

Nonato Fernandes (PSDB). O advogado de defesa do deputado Wilson Santiago, Luis Henrique Machado, chamou de inconstitucional a decisão do ministro Celso de Mello, que afastou o parlamentar do mandato. Afirmou que Santiago está sendo objeto de um “definhamento midiático” diante do levantamento do sigilo

das investigações antes do acesso da defesa.

Em votação anterior, o Plenário confirmou, por 407 votos a 5, decisão do presidente da Casa, Rodrigo Maia, de que serão necessários 257 votos a favor do afastamento de um deputado para manter esse tipo de medida cautelar determinada por ministro do STF (Ag.Câmara).

## Apenas ministros titulares ‘podem utilizar’ avião da FAB

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem (6) que apenas os ministros titulares do governo poderão utilizar as aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB). “Suplente, ministro interino, não usa avião, a não ser que tenha uma coisa gravíssima para resolver e, assim mesmo, vai ter que chegar no meu conhecimento”, disse ao deixar o Palácio da Alvorada.

A decisão veio depois que o ex-secretário executivo da Casa Civil, Vicente Santini, usou um avião da FAB para ir de Davos, na Suíça, onde participou do Fórum Econômico Mundial, para Nova Delhi, durante visita de Bolsonaro à Índia. Na ocasião, Santini substituiu o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, no cargo. Ao retornar ao Brasil, o presidente exonerou o secretário.

De acordo com o presidente, entretanto, não haverá mudança nas normas que tratam do uso das aeronaves oficiais. “Vale a conscientização”, disse ele, destacando que várias vezes a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e mesmo o ministro da Economia, Paulo Guedes, já viajaram em companhias aéreas comerciais para fora do país (ABR).

## Comissão mista da reforma tributária será criada na próxima semana

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse esperar que a criação da comissão mista para análise de propostas da reforma tributária deva ocorrer até a próxima semana. “O senador Roberto Rocha [PSDB-MA] e o deputado Aguinaldo [Ribeiro] se reuniram para tratar da constituição desta comissão e da indicação dos membros, o que faremos rapidamente para que essa comissão possa conciliar as propostas, inclusive, recepcionando as demandas. No máximo na próxima semana, a comissão estará criada”, declarou.

A expectativa é que o Senado e a Câmara instalem a comissão que terá a função de reunir em um só texto as principais matérias em tramitação sobre o assunto, incluídas as sugestões da equipe econômica do governo federal. Nesta semana, alguns senadores alegaram desconhecer as propostas do Executivo e enxergam dificuldades para que um texto de con-



Davi Alcolumbre: “Senado e Câmara vão instalar comissão que reunirá em um só texto as principais matérias sobre o assunto”.

senso avance tão rapidamente no Congresso.

“Não há embargo para criação da comissão, pelo contrário, a reunião no final do ano passado foi no sentido da conciliação. Eu sempre falei que o melhor caminho seria uma proposta de conciliação. Parte do texto do Senado e parte do texto da Câmara serão incorporados com as manifestações do governo”, ressaltou Davi.

Em relação ao pedido de 23 governadores ao presidente Bolsonaro para reduzir im-

postos federais (PIS, Cofins e Cide) sobre os combustíveis, Davi avaliou que, antes, é preciso conversar com os envolvidos. “A isenção na refinaria não chega à vida das pessoas, mas como vai fazer com os estados e municípios? Porque isso é fonte de arrecadação importante. Acho que é renúncia de receita, então deve ter uma conciliação para falarmos sobre isso. É preciso embasamento técnico, jurídico e político, por isso tem que conversar”, afirmou (Ag.Senado).

## PF investiga ações do extinto Ministério do Trabalho



Um dos alvos da ação é o ex-ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Desde as primeiras horas da manhã de ontem (6), policiais federais cumpriram dois mandados de prisão preventiva e 41 mandados de busca e apreensão para investigar indícios de irregularidades no extinto Ministério do Trabalho. Os mandados foram cumpridos em endereços residenciais e comerciais do DF, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Um dos alvos da ação é o ex-ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Atual presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ele esteve à frente do ministério entre maio de 2016 e os últimos dias de dezembro de 2017, quando pediu demissão para reassumir o mandato como deputado federal pelo Rio Grande do Sul e também concorrer nas eleições de 2018, não tendo sido reeleito.

Em nota, a Polícia Federal (PF) disse que os investiga-

dos são suspeitos do desvio de mais de R\$ 50 milhões do ministério, entre 2016 e 2018. O esquema se dava por meio de uma empresa de tecnologia da informação, contratada para desenvolver um software que deveria ser usado para detectar fraudes na concessão do seguro-desemprego. Os primeiros indícios de crime surgiram a partir de relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

Além dos mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, a Justiça Federal determinou o bloqueio de cerca de R\$ 76 milhões que, segundo a PF, estão investidos em contas bancárias pertencentes aos investigados. Os envolvidos responderão pelos crimes de peculato, organização criminosa, fraude à licitação, falsificação de documento particular, corrupção ativa e passiva, com penas que, se somadas, podem chegar a mais de 40 anos de prisão (ABR).

## Índigenas preocupados com a mineração em suas terras

Uma comitiva indígena da comunidade Caiapó foi recebida pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim (PT-RS), ontem (6). Eles vieram pedir apoio contra um projeto do Executivo que pretende regulamentar a exploração de atividades econômicas em terras indígenas, como mineração, garimpo e agropecuária. O relações públicas do Instituto Kabu, Doto Takakire, criticou a medida anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Doto entregou ao senador Paim um exemplar do livro ‘A Mulher Kayapó e seu Trabalho’. E pediu apoio aos parlamentares também para o agendamento de uma reunião junto ao presidente da



Índigenas de diversas etnias na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Funai, Marcelo Xavier. “Temos dificuldades para sermos recebidos, mas queremos saber o que a Funai tem contra os indígenas do Brasil. E o presidente Bolsonaro, em quem muitos de

nós, indígenas, votamos, está querendo destruir a floresta onde a gente está”, comentou.

Os senadores Fabiano Conatarato (Rede-ES), Leila Barros (PSB-DF) e Zenaide Maia

(Pros-RN) pediram respeito

aos indígenas e criticaram o

Congresso, afirmando que

a Casa tem sido omissa à

causa deles. Eles sugeriram

que o presidente da Funai

seja convidado para prestar

esclarecimentos. Paim se

comprometeu em intermediar

o encontro com Marcelo

Xavier e agendar a audiência

pública solicitada.

“Não há um lugar deste

país que pode reclamar que

não estive lá para debater

diversas questões da democra-

cia, como as trabalhistas,

por exemplo. E nós, em nome

da comissão, já formulamos o

pedido dos indígenas. O primeiro

passo é esse e, depois, daremos

os seguintes”, disse Paim (Ag.Senado).